

**Ata Executiva**  
**Reunião do Grupo Técnico de Salvaguardas**

---

**DATA**

28 de janeiro de 2026.

**LOCAL**

Virtual, via Microsoft Teams, com Transmissão ao vivo pelo YouTube (para reunião completa, acessar o [link](#))

Horário: das 10h30min às 12h30min

**PAUTA**

- Devolutiva da Oficina do SISREDD+

Para acessar o material apresentado, acessar o [link](#).

**PARTICIPANTES**

Consultar lista de presença anexa.

**ASSUNTOS TRATADOS**

**ABERTURA**

Mariane Nardi, da Secretaria Executiva da CONAREDD+, deu as boas-vindas a todos os participantes da reunião, tanto pelo Microsoft Teams quanto pelo YouTube, desejando que tenhamos um ótimo ano de trabalho, assim como uma ótima reunião.

Luiza Muccilo, consultora técnica da *Earth Innovation Institute* (EII), introduziu sobre a pauta da reunião, compreendendo quem dos participantes da presente reunião estava também na oficina de dezembro.

Apresentou brevemente o momento da oficina, explicando os objetivos do acontecimento da mesma e a metodologia que foi aplicada, apontando os dois

momentos em que a oficina foi dividida: identificar os aspectos positivos, lacunas e recomendações para consolidação dos indicadores do SISREDD+ e avaliar o grau de atendimento dos indicadores aos critérios adequados ao SISREDD+.

Dessa forma, a 9ª Reunião do GTT de Salvaguardas teve como principal objetivo a devolutiva do que foi trabalhado e produzido a partir da oficina de monitoramento do SISREDD+. Luiza apresentou os dados coletados na lista de presença, assim como no formulário de percepção, que foi distribuído no final da oficina.

Informou, também, que o relatório da oficina já estava pronto e seria compartilhado com todos os membros e participantes da oficina ao findar da reunião.

Isabel Tostes, consultora técnica da *Earth Innovation Institute* (EII), apresentou as contribuições gerais que surgiram durante a oficina, com detalhes a ajustar nos indicadores, seja com erros de digitação, revisão da denominação e periodicidade dos indicadores, padronização da notação matemática das fórmulas, mudança no código de identificação do indicador - numeração corrida, atendendo a várias salvaguardas, não deixando uma única salvaguarda no indicador.

Apontou que, após a oficina, surgiram 5 novos indicadores, sendo eles:

- 12. Índice de transparência dos espaços de governança de REDD+;
- 20. Recursos destinados para o fomento à participação em espaços de governança de REDD+;
- 21. Recursos destinados para processos de formação e capacitação em REDD+;
- 35. Recursos de pagamento por resultados de REDD+ investidos na redução do desmatamento da degradação;
- 36. Recursos de pagamentos por resultados de REDD+ investidos em conservação, manejo florestal sustentável e aumento dos estoques de carbono.

Houve 3 indicadores excluídos, sendo eles:

- D1. Número de acessos aos canais institucionais de divulgação de informações dos programas jurisdicionais de REDD+ — pouco informativo/sem alinhamento com objetivos das salvaguardas;
- F5.2 Variação anual da área protegida em UCs de Uso Sustentável — incorporado ao 27 (apenas desagregação);
- 2F.2 Variação anual da área de degradação detectada no Cerrado — alinhamento com o FREL.

Em relação às contribuições específicas para os indicadores, houve a necessidade de:

- Ajustar o indicador A11 para evidenciar variação/redução de emissões, alinhando-o mais claramente com o objetivo da salvaguarda;
- Ajustar indicadores de regularização fundiária para: incluir etapas intermediárias do processo (para observar o processo de regularização);
- Desenvolver indicadores de processo que avaliem, por exemplo, investimento em formação em REDD+.

Após essa atividade inicial, ocorreu a avaliação dos indicadores a partir dos critérios classificatórios<sup>1</sup>. Para os indicadores que não se aplicava algum tipo de critério, foi adotado a nomenclatura “N/A” na matriz. Dessa forma, 10 indicadores receberam pontuação máxima (2), sendo eles:

- 3A.1 Número de entidades elegíveis ao acesso e captação de recursos de pagamentos por resultados de REDD+;
- C20.1 Percentual de Terras Indígenas homologadas ou regularizadas;
- F3. Eficácia do Cadastro Ambiental Rural;
- 1G. Cobertura do território nacional com sistemas de monitoramento dos biomas brasileiros;
- 1F.1 Variação anual do desmatamento na Amazônia;
- 2F.1 Variação anual da área de degradação detectada na Amazônia;
- 2A.2. Território Nacional com Zoneamentos Ecológico-Econômicos estaduais (ZEES);
- 3A.2 Percentual de limites captados pelas entidades elegíveis ao acesso e captação de recursos de pagamento por resultados de REDD+;
- F (novo) 2. Operações de fiscalização ambiental e inteligência;
- F5.1 Variação anual da área protegida em UCs de Proteção Integral.

Em contrapartida, o indicador: “2G. Recursos de pagamento por resultados de REDD+ investidos em cadeias produtivas da sociobiodiversidade” ficou como pior classificado (0,6) na matriz.

Luiza ressaltou que, na oficina, o objetivo não era a criação de novos indicadores. Entretanto, com as contribuições que surgiram, foi necessário a criação de alguns indicadores, assim como em relação à exclusão, que só foi efetuado a partir do acordo feito em plenária na oficina.

Há, ainda, algumas limitações e desafios, como dois objetivos sem indicadores, principalmente em relação à salvaguarda C, sendo eles:

- respeito à autodeterminação
- garantia de processos consultivos prévios, livres e informados.

---

<sup>1</sup> Critérios classificatórios: clareza, estabilidade, sensibilidade, desagregabilidade sociodemográfica, desagregabilidade espacial e mensurabilidade. Conferir no Guia Metodológico da oficina para maiores detalhes, neste [link](#).

Ainda não foi possível atender esses objetivos, que é um ocorrido desde o monitoramento piloto, quando havia um indicador semelhante, relacionado aos processos consultivos, mas não foi possível monitorar, uma vez que não há dados para atender o monitoramento do indicador.

Luiza destacou que, neste momento do monitoramento, é possível identificar os novos desafios no SISREDD+ nacional, onde há necessidade de compatibilizar dados gerados em formatos e periodicidades diferentes, além de incorporar particularidades dos programas jurisdicionais de entes subnacionais uniformemente, uma vez que os entes estão em momentos diferentes de implementação de REDD+.

### **Os próximos passos do monitoramento:**

No dia 29 de janeiro ocorrerá uma sessão informativa com provedores de dados, a fim de apresentar o monitoramento e as ferramentas para ele (está no formato de planilha que será compartilhado com os provedores, a fim de ser preenchido com as informações indicadas e garantir uma uniformidade dos dados).

A partir do dia 30 de janeiro, iniciará a coleta de dados partindo da sistematização das contribuições, assim como a análise desses dados até dia 20 de fevereiro.

Será elaborado um manual de procedimentos operacionais padronizados (POP), que será feito em parceria com uma consultoria e, após esse momento, será elaborado o relatório de monitoramento e apresentação dos resultados para o GTT Salvaguardas, em uma próxima reunião a ser agendada.

Luiza destaca que, embora o prazo seja curto, as planilhas foram organizadas para facilitar a compreensão e preenchimento por parte dos provedores. Informou que as planilhas enviadas serão destinadas para os provedores somente com os dados que precisam preencher, otimizando o processo. O objetivo é que se tenha, após esse processo, o conjunto de indicadores do SISREDD+.

Luiza abriu o momento de colocações dos participantes da reunião.

Carolina Delgado (FUNAI) questionou se o indicador de dados sobre as comunidades indígenas seria com a FUNAI e questionou sobre a data limite de resposta dos dados. Isabel respondeu que há um conhecimento do painel de dados com as informações fundamentais, entretanto, destacou que há a necessidade de dados com indicativo anual e não gerais, obtidos até o momento, então será solicitado à FUNAI os dados. Luiza destacou que buscaram pontos focais dentro das entidades para que os dados fossem coletados de forma mais efetiva. Informou também que os dados serão obtidos do dia 30 de janeiro até 20 de fevereiro.

Mariane destacou que a sessão informativa ficará gravada e depois será publicado no YouTube do MMA ([link](#)), tendo em vista as agendas de todos os atores das entidades. Todos os entes elegíveis foram convidados para participar da sessão informativa do dia 29 de janeiro. Salientou que, mesmo com a sessão informativa,

talvez sejam necessárias algumas reuniões bilaterais, a fim de contemplar todos os provedores de dados.

Maíke de Sá (MPI) destacou sobre o momento da oficina que debateram sobre a regularização fundiária, de não esperar o encerramento do processo para a coleta de dados, questionou então se entraria o ajuste ou seguiria somente com as áreas com regularização concluídas. Isabel respondeu, informando que serão monitoradas todas as fases da regularização, atendendo a contribuição da oficina.

Carolina Delgado questionou se foi chamado alguém do MPI ou FUNAI e Renata Apoloni aproveitou para questionar quem foi chamado do ICMBio. Isabel respondeu que foi enviado para a Diretoria de Demarcação de Povos Indígenas da FUNAI e do ICMBio foi para Diretoria de Manejo de UC, além da presidência. Mariane ressaltou que se Carolina e Renata quiserem articular internamente será muito efetivo.

Jeronimo (Carbonext) questionou sobre o setor privado, mais diretamente sobre em que momento entrariam para a discussão dos indicadores, para entender o processo de auditoria e monitoramento que eles executam. Mariane explicou que o SISREDD+ nacional foi construído junto com a criação da CONAREDD+ e os projetos privados não estavam no arcabouço, mas era necessário fechar os indicadores, dessa forma, para não abrir novos indicadores e não conseguir fazer um monitoramento efetivo, optou-se por manter os indicadores já existentes para esse primeiro momento, uma vez que seria necessário ajuste na metodologia, dessa forma, para ter reporte dos indicadores para UNFCCC e ser mais eficiente no monitoramento, assim se optou por manter os indicadores já existentes. A criação de indicadores novos, com projetos privados refletidos no SISREDD+ será feito posteriormente. Jeronimo solicitou que haja, de forma expressa, falando que o setor privado não está excluído do processo, só não faz parte deste primeiro momento de avaliação. Alexandre Avelino (MMA), ressaltou que a construção do sistema está sendo uma aprendizagem para todas as entidades, destacou ainda que a dúvida do Jeronimo estará sanada com a construção das políticas públicas.

Camila Pianca (POMUC/GIZ), retomou os desafios relacionados ao SISREDD+, e informou que pode fazer a contribuição por parte da GIZ por e-mail, para ficar registrado o apoio. Em relação aos desafios, questionou se é na harmonização do indicador ou nos diferentes momentos que os entes estão, ou seja, qual o desafio técnico?

Luiza destacou que estão tentando absorver toda as contribuições trazidas na oficina e responde que o desafio está direcionado em relação a forma que o dado é apresentado e disponibilidade dele, uma vez que alguns dados solicitados não demonstram, de forma fiel, o processo que foi realizado em cada ente, não sendo possível fazer comparações entre um ente e outro e alcançar o objetivo trazido. Camila relatou que vão tentar, de forma interna, a contribuir com esse desafio, e trouxe mais uma questão relacionado ao indicador da transparência das instâncias

de REDD+ nacional, e questiona de quais são as instâncias? Isabel e Luiza responderam que as instâncias são os estados elegíveis pela CONAREDD+ e os provedores de dados, não sendo só as instâncias no âmbito nacional, mas diferentes instâncias. Camila destacou que, da forma que está escrita, fica parecendo que é uma instância específica. Luiza informou que, na ficha, está bem descrito em relação às diferentes instâncias. Mariane informou que é importante relacionar com os entes que requerem a elegibilidade para captação de REDD+ apresentam como instância participativa ou instância de governança de REDD+, sendo utilizado essa abordagem para avaliar as instâncias de governança se são adequadas a participação.

Mariane reforçou a necessidade de preenchimento do formulário de presença e perfil socioeconômico, cujo link está no chat da reunião, salientando que os dados são importantes para o próprio monitoramento do SISREDD+, além de relatórios necessários.

Mariane pontuou que, na próxima reunião, após o monitoramento piloto, que será presencial e está prevista para última semana de abril, durante dois dias, será apresentado o processo do monitoramento, os resultados e encaminhar para a CONAREDD+ para aprovação, concluindo a etapa do SISREDD+.

Mariane trouxe informações pertinentes acerca de indicações e substituições de membros da CONAREDD+ e GTTs, destacando a necessidade de ofício via instituição representativa.

Renata Apoloni (ICMBio) aproveitou para informar que, enquanto ICMBio, embora não façam parte da CONAREDD+, contribuem nos GTTs, indicou a substituição de membro e reforçou que será enviado via ofício. Mariane ressaltou que, embora não sejam membros, são convidados permanentes.

Mariane fez o encerramento da reunião, agradecendo a participação de todos.

## **Lista de presença da 2ª Reunião do Grupo Técnico de Trabalho de Salvaguardas**

| <b>Nome completo</b>                 | <b>Segmento</b>                  |
|--------------------------------------|----------------------------------|
| Alexandre Santos Avelino             | Setor público                    |
| Andréia Reis da Costa                | Setor público                    |
| Camila Pianca                        | Cooperação internacional         |
| Carolina Delgado de Carvalho         | Setor público                    |
| Caroline Nectoux Culau               | Cooperação internacional         |
| Eliani Fachim                        | Setor público                    |
| Elsa Mendoza                         | Terceiro setor                   |
| Fábio Padilha Bolzan                 | Setor público                    |
| Isabel Tostes Ribeiro                | Terceiro setor                   |
| Jaksilande Araújo de Lima            | Setor público                    |
| Janaina Dallan                       | Setor privado                    |
| Jane Cavalcante Rodrigues            | Setor público                    |
| Jeronimo Roveda                      | Setor privado                    |
| Jorge Caetano Junior                 | Setor público                    |
| Larissa Carolina Loureiro Villarroel | Setor público                    |
| Lenice Medeiros                      | Setor público                    |
| Leonardo Ferreira Lima Filho         | Setor público                    |
| Luan Moldan Motta                    | Setor público                    |
| Luana Tabaldi                        | Setor público                    |
| Luiza Muccillo de Barcellos          | Terceiro setor                   |
| Maike Fulni-ô                        | Setor público                    |
| Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes | Instituição de ensino e pesquisa |
| Mara Helena Sousa                    | Setor público                    |
| Marcia Silva Stanton                 | Cooperação internacional         |
| Mariane Nardi                        | Setor público                    |
| Marli Teresinha dos Santos           | Setor público                    |
| Maysa Nery Figueiredo de Sá          | Setor público                    |
| Nathalia Josino                      | Cooperação internacional         |
| Pedro de Lemos MacDowell             | Setor público                    |
| Raissa Guerra                        | Cooperação internacional         |
| Raquel Lima de Oliveira e Silva      | Setor público                    |
| Renata Corrêa Apoloni                | Setor público                    |
| Virginia Talbot                      | Setor público                    |
| Vitória Beatriz Vieira e Silva       | Setor público                    |